



## **Gênero e eleições: análise dos planos de governo dos candidatos à prefeitura de Cuiabá nas eleições 2020<sup>1</sup>**

Giordano de Arruda Tomaselli<sup>2</sup>  
Vitória Fernanda de Sousa Tumelero<sup>3</sup>  
Tamires Ferreira Coêlho<sup>4</sup>  
Nealla Valentim Machado<sup>5</sup>  
Universidade Federal de Mato Grosso

**Resumo:** Analisamos planos de governo dos quatro principais candidatos à prefeitura de Cuiabá-MT em 2020 a fim de avaliar como esses documentos dialogam com o eleitorado feminino. Partimos do pressuposto de que os planos estão entre os principais produtos comunicacionais eleitorais, articulando políticos e eleitorado. Buscou-se indícios tanto na definição de políticas públicas quanto na manutenção de estruturas, do ponto de vista de uma perspectiva metodológica interseccional que guiou uma análise de conteúdo com classificação em categorias que consideram como as mulheres são contempladas pelos projetos, ou se fatores como raça e classe social podem impedir o acesso de determinado grupo à política proposta. Constatou-se que, em um município que nunca possuiu uma mulher eleita à frente da prefeitura, nenhum dos candidatos parece enxergar ou compreender a necessidade de instituir políticas públicas voltadas para mulheres, sobretudo aquelas em situação mais vulnerável.

**Palavras-chave:** Gênero; Plano de governo; Eleições municipais; Interseccionalidade; Mulheres.

### **1. Introdução**

Planos de governo são um conjunto de propostas e ideias que cada candidatura reúne para apresentar formalmente à sociedade como pretende governar caso seja eleita. De acordo com o Art. 11º da Lei nº 9.504 de 1997 (BRASIL, 1997), cada coligação é obrigada a apresentar, junto à Justiça

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT1 – MEIOS E PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO PARA A CIDADANIA da XV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã 2020-2021, de 22 a 24 de junho de 2021, na modalidade online – realizada ABPCOM – Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã e UNESP – Universidade Estadual Paulista / FAAC – Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Departamento de Comunicação.

<sup>2</sup> Estudante do curso de Jornalismo na Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Email: giordanoarruda@hotmail.com

<sup>3</sup> Estudante do curso de Jornalismo na Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Email: vitoriatumelero14@gmail.com

<sup>4</sup> Professora do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMT. E-mail: tamiresfcoelho@gmail.com

<sup>5</sup> Professora de Jornalismo e Doutoranda do ECCO/UFMT. E-mail: nealla.machado@gmail.com

Eleitoral, sua plataforma ou plano de governo, juntamente com o seu requerimento de registro de candidatura em uma via impressa e outra digitalizada, para que assim possam disputar o pleito.

O plano de governo pode ser considerado um produto comunicacional importante nos processos eleitorais, uma vez que é fruto de debates nas convenções dos partidos, tendo como público um eleitorado a ser convencido, que, junto à imprensa, coloca o plano em xeque durante debates no período de campanha. Conforme Castro (2010), podemos considerar também o plano de governo como pontapé inicial de políticas públicas, uma vez que, após eleitos, candidatos se comprometem e muitas vezes seguem o que foi proposto nesses documentos durante as campanhas. Se partirmos de Bucci (2002), para quem políticas públicas são “metas coletivas conscientes”, podemos perceber que a falta de sensibilidade às desigualdades de gênero nos planos de governo e, portanto, nas políticas públicas desde sua origem, são um problema para a transformação social e para a desconstrução de estruturas enraizadas no patriarcado e na misoginia.

Analisar os planos de governo é importante não só para o público conhecer melhor as propostas dos candidatos para os cargos concorridos, e assim definirem a escolha de voto, mas para nós, como pesquisadores, compreendermos quais são as pautas consideradas prioritárias de cada candidatura, e como essa escolha se apresenta enquanto reflexo das ideologias de respectivos grupos políticos. Delimitamos nossa pesquisa para os planos dos quatro primeiros colocados nas principais pesquisas de opinião antes do primeiro turno das eleições municipais da cidade de Cuiabá de 2020, vistos abaixo (Quadro 1) em ordem alfabética.

Quadro 1: 4 primeiros colocados à prefeitura de Cuiabá, por ordem alfabética.

Nome na urna	Nº	Situação	Sigla	Coligação
ABILIO	19	Deferido	PODE	CUIABÁ PARA PESSOAS
EMANUEL PINHEIRO	15	Deferido	MDB	A MUDANÇA MERECE CONTINUAR
GISELA SIMONA	90	Deferido c/ recurso	PROS	MÃOS LIMPAS E UNIDAS POR CUIABÁ
ROBERTO FRANÇA	51	Deferido	PATRIOTA	TODOS POR CUIABÁ

Fonte: TSE

Assim, analisaremos os planos de governo, pautados pelas teorias de gênero trazidas por Carla Akotirene (2019), Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (2014) e Donna Haraway (2004), sobre como as propostas relacionadas às mulheres são abordadas em cada plano, se estas são propostas efetivamente buscando igualdade/equidade de gênero ou se são apenas voltadas para medidas que



venham a reforçar papéis sociais que se esperam das mulheres em uma sociedade machista e patriarcal.

## 2. Desigualdades de gênero

O conceito de gênero ainda é amplamente discutido pois não existe um em específico e sim definições que variam entre os autores, embora segundo Haraway (2004), todos os significados modernos de gênero se enraízam na observação de Simone de Beauvoir de que “não se nasce mulher” e nas condições sociais do pós-guerra que possibilitaram a construção das mulheres como um coletivo histórico, sujeito em processo.

Já Biroli (2014) traz que gênero é a organização social da diferença sexual, é o conhecimento que estabelece sentidos para as diferenças físicas. Por esse olhar, “gênero não é uma “identidade”, mas uma “posição social e atributo das estruturas sociais” (2014, p. 49). Além disso, a conceituação de gênero se separou da conceituação de sexo, com o primeiro termo se referindo à construção social e o segundo, ao fenômeno biológico (MIGUEL, 2014, p. 80). A distinção entre esses dois termos se mostra importante para salientar que os fatores biológicos não colocam em desvantagem ou determinam o destino social de mulheres, pois essa desvantagem ou determinação é cultural, e não biológica (CAMPOS, 2017, p. 40).

Ao termos ciência destas linhas de pensamento, podemos perceber, segundo Soares (2004 apud CAMPOS, 2017), o modo como “a sociedade designa a homens e mulheres diferentes papéis, direitos e oportunidades de acordo com seu sexo biológico” e isso ocorre por meio de “pressões, constrangimentos e expectativas sociais, os tornando sujeitos a valores histórico e socialmente construídos em relações de hierarquia e antagonismo” (apud CAMPOS, 2017, p. 40). Ainda segundo Campos (2017), estabelecer essa distinção foi um avanço no sentido de destacar as possibilidades de mudança social, pois, algo socialmente construído pode ser desconstruído e transformado.

A consciência sobre essas estruturas e paradigmas que recaem sobre o gênero feminino, que causam uma profunda e enraizada desigualdade de gênero que se alonga há séculos na sociedade, leva, ao longo do século XX, ao surgimento de movimentos sociais pelos direitos das mulheres, denominados como movimentos feministas. Com o passar do tempo, esse movimento não buscava mais apenas o ideal de emancipação política para uma igualdade social como os primeiros grupos, “mas, enfatizava, sobretudo, a busca por transformações culturais e o reconhecimento das especificidades do ser mulher em uma sociedade que privilegia atitudes e práticas masculinas” (CAMPOS, 2017, p. 44).

O fortalecimento desses movimentos e a clara percepção que existe uma profunda e complexa desigualdade de gêneros em nosso modelo de sociedade foi essencial para que as questões envolvendo gênero e as mulheres fossem trazidas a público, fazendo do tema questão importante no debate público e fator decisivo, que pode ser levado em conta por muitas pessoas na hora do voto.

### 3. Metodologia

Para realizarmos uma análise em que consigamos chegar ao nosso objetivo central, que é o de perceber como os candidatos enxergam as questões de gênero, através de seus planos de governo, contemplando (ou não) um eleitorado feminino com quem é preciso dialogar, e como estas questões diferem de um plano para outro, adotamos como método a análise de conteúdo (AC), segundo Bardin (2011). Elaboramos e classificamos categorias de análise, inspirados no trabalho de Carlomagno e Rocha (2016), que fossem as mais coerentes possíveis quanto ao nosso objetivo. Usamos aqui como base o artigo elaborado por Duarte (2019) onde ele, fazendo uma análise dos planos de governo dos presidencialistas quanto à reforma agrária, elaborou categorias de análise e uma pontuação metodológica para cada uma delas.

Trabalharemos com características e com a qualidade dos conteúdos, de modo a focar numericamente em termos, construções e referências nos textos. Segundo Kaplan & Goldsen (1982 apud CARLOMAGNO; ROCHA, 2016, p. 177), “uma característica que distingue a análise de conteúdo das outras técnicas descritivas das comunicações é o seu aspecto quantitativo”.

As categorias aqui propostas foram elaboradas pelos autores e têm como objetivo ajudar em uma análise mais concisa dos planos de governo pesquisados, observando o desempenho de cada um em cada tópico específico de forma mais imparcial e coerente possível. Quanto à pontuação das categorias de análise, disposta abaixo no Quadro 2, também foi estipulada pelos autores, tendo em vista o peso e importância de cada tema para o objetivo central do artigo e para que, ao final, se possa comparar os planos de governo e verificar se as mulheres são contempladas pelos projetos, se fatores como raça e classe social influenciaram de alguma forma na construção destes e se vulnerabilidades sociais são contempladas.

Quadro 2: Categorias de análise e pontuação

O plano dispõe de algum eixo direcionado à mulher?	0,5
Há algum recorte interseccional citando especificamente que a proposta é voltada para mulheres mais desfavorecidas economicamente ou mulheres negras?	1,5
Há propostas diretas voltadas à promoção da igualdade de gênero?	1,0



Há alguma proposta direcionada ao combate da violência contra a mulher ou ao amparo da mulher transexual?	1,0
Existem propostas que fomentem a independência financeira das mulheres?	0,5
O plano carrega consigo a reprodução de algum tipo de estereótipo de gênero?	-1,0
Ausência de propostas em cada uma das categorias citadas	-0,5

Fonte: Elaborado pelos autores.

#### 4. Análises e Resultados

Além de ter a maioria do eleitorado feminino, a cidade de Cuiabá, segundo mostrou o último censo do IBGE (2010), tem também as mulheres como a maioria da população total. Tendo em mente esses dados e as questões impostas pelas opressões de gênero, delimitamos como primeira categoria encontrar ou não, um eixo nos planos direcionado especificamente às mulheres.

Nos planos dos candidatos Emanuel Pinheiro e Roberto França esse eixo não foi encontrado. Já no plano do candidato Abílio, há um tópico intitulado “Igualdade de Gênero” situado no eixo 6, que se chama “Direitos humanos, criança, redução das desigualdades e comunidades”, que, como o nome já deixa claro, abrange também esses outros temas. Portanto, não sendo um eixo específico direcionado às mulheres, ele não será considerado aqui. A candidata Gisela Simona foi a única que atendeu a esta categoria.

Gisela, a princípio, propõe em seu plano de governo seis pilares de sustentação para sua gestão, em que o quarto é denominado “Política de Valorização da Mulher e Combate à Violência contra as Mulheres e de Inclusão no Mercado de Trabalho” e possui oito propostas com foco total nas mulheres, que, no Brasil, segundo Biroli e Miguel (2014, p. 10), possuem rendimento médio mensal quase 50% menor do rendimento dos homens e sofrem com a violência doméstica e sexual ainda alta, mesmo com os avanços na legislação para punição aos agressores.

##### 4.1 Recorte interseccional: propostas para mulheres economicamente desfavorecidas ou negras

Ainda segundo o censo demográfico do IBGE (2010), dentre as mulheres cuiabanas, a maioria se identifica como negra, de cor preta ou parda, somando 65%. Além de já sofrerem opressões pelo gênero, recaem sobre essas mulheres também as opressões de raça e, na maioria das vezes, também as de classe. Para termos uma ideia da dimensão dos efeitos de como essa interseccionalidade age, é preciso termos em mente que para a mulher negra sempre foi mais difícil a inserção no mercado de trabalho. A professora Viviane Gonçalves Freitas, parafreando Lélia Gonzalez em uma live no YouTube (PPGCOM-UFMT, 2020), pontua que, para a mulher negra, sempre foram destinadas

profissões em que ela estivesse “escondida”, sendo a cozinheira, faxineira e demais atividades sem contato público, e que, quando conseguia algum emprego que havia esse contato, só conseguia aquela mulher negra que podia “se passar por branca”, com o cabelo alisado. Reduzidas então a empregos domésticos, geralmente com salários desvalorizados, as mulheres negras acabam sendo posicionadas na base da cadeia produtiva.

Entendendo então a importância da questão da interseccionalidade na nossa sociedade, onde segundo Akotirene (2019, p. 14), “mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais”, procuramos então a existência de menção de propostas diretamente voltadas a mulheres negras e em situação de dificuldades econômicas. No plano do candidato Abilio há pelo menos duas citações diretas para essa problemática. No eixo “erradicação da pobreza” ele traz a “redução, de pelo menos à metade, da proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades que vivem na pobreza”. É importante aqui citarmos que, embora ele mencione essa questão, ela é abrangente e não foi pensada para atender especificamente as mulheres, além de não haver explicação de como isso será resolvido. Depois, no eixo “Saneamento”, ele traz “Alcançar o acesso ao saneamento e à higiene, adequados e equitativos para todos, com especial atenção para as necessidades das mulheres, meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade”. Tendo em mente que, quando assunto é cobertura dos serviços de saneamento básico no Brasil, quem mais sofre diretamente com esse problema é quem está em situação de pobreza (SAIANI; TONETO JUNIOR; DOURADO, 2013), decidimos incluí-la nesta categoria.

Nos planos dos candidatos Emanuel Pinheiro e Roberto França, nenhuma proposta no sentido de diminuir a desigualdade econômica e racial levando em conta as questões de gênero foi encontrada. Em um dos pontos trazidos por França, o político apenas cita que pretende “fortalecer a área de ação social com recursos financeiros e humanos para atender a população mais carente”, nisso, inclui cidadãos em situação de rua, mulheres, idosos e jovens.

Já Gisela Simona trata sobre as duas vertentes, pois, possui um projeto sobre a implantação de um programa de microcrédito de até R\$ 5.000,00, com menor taxa de juros do mercado ao ano, para mulheres chefes de família, desempregadas e autônomas. Ademais, a candidata também garante apoio aos trabalhos desenvolvidos pelo Fórum de Mulheres Negras de Mato Grosso e o Instituto de Mulheres Negras, coletivos que mobilizam mulheres negras e discutem, articulam e propõem políticas públicas de enfrentamento ao preconceito racial. Ressalta-se que a ausência de articulação entre raça, classe e gênero no movimento feminista já contribuiu para a invisibilidade do cenário de

violência contra as mulheres negras, uma vez que tratavam a mulher de forma universal e, por conta disso, o Estado formulava suas políticas públicas a partir destas concepções (AKOTIRENE, 2019).

#### 4.2 Propostas diretas voltadas à promoção da igualdade de gênero

Como já introduzido anteriormente, todo o sistema patriarcal da nossa sociedade e os paradigmas preexistentes agem simultaneamente sobre a força de trabalho feminina (BIROLI, 2014). Pontuamos que, apesar dos muitos avanços na construção e no debate sobre igualdade de gênero nos últimos anos, em que a inserção da mulher no mercado de trabalho buscou essa igualdade, não foram levados em conta outros aspectos como a redivisão das tarefas domésticas, que agora causam à mulher uma dupla ou até tripla jornada de trabalho. Biroli, ao referenciar a obra de Nancy Folbre “*Who pays for the kids*”, explica que

[...] a divisão sexual do trabalho e a invisibilização do trabalho não remunerado realizado pelas mulheres na esfera doméstica e familiar obscurecem “uma dimensão importante da desigualdade de gênero” e enfraquecem “o poder de barganha das mulheres individualmente”. As muitas transformações ocorridas nas últimas décadas, com a maior profissionalização e a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho em diversos ramos de atividade, não seriam de fato acompanhadas pela redivisão das tarefas domésticas. (2014, p. 59).

Além disso, em uma sociedade dominada pelos homens, onde as mulheres precisam lutar diariamente contra as formas de opressão patriarcal, Miguel (2014, p. 102) destaca ainda que:

[...] a posição das mulheres não é apenas “diferente” da dos homens. É uma posição social marcada pela subalternidade. Mulheres possuem menos acesso às posições de poder e de controle dos bens materiais. Estão mais sujeitas à violência e à humilhação. O feminino transita na sociedade como inferior, frágil, pouco racional; é o “outro” do universal masculino, como a reflexão feminista aponta desde Simone de Beauvoir. A ruptura com esse estatuto subalterno exige a revisão dos privilégios masculinos. Ainda que muitos homens sejam solidários às demandas feministas – e ainda mais mulheres ocupem a posição de guardiãs da dominação masculina –, há um conflito entre a emancipação delas e a manutenção do papel social privilegiado deles.

Percebendo a complexidade dos caminhos para reduzir essa desigualdade, o nosso olhar se dá então sobre as propostas diretamente voltadas à promoção da igualdade de gênero nos planos de governos dos candidatos à prefeitura em Cuiabá, evidenciando uma discrepância nas abordagens. No plano do atual prefeito e candidato à reeleição, Emanuel Pinheiro, a única proposta citada é o apoio à equidade de gênero em empreendimentos rurais, situadas no eixo sobre “Pequeno produtor”.

No plano de Abílio, há um tópico exclusivamente destinado a medidas de igualdade de gênero, situado no eixo sobre “Direitos humanos, criança, redução das desigualdades e comunidades”, além de, na apresentação, trazer o tópico “Justiça e equidade”, onde cita que “não pode haver

desenvolvimento sustentável sem igualdade de gênero”. No tópico sobre igualdade de gênero, onde discorre um pouco mais sobre o assunto, as medidas que ele apresenta para promover essa igualdade são: adotar medidas para mitigar a discriminação pelo gênero, criação de uma política para reduzir todas as formas de violência de gênero na esfera pública, “promover a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política e pública” e implantar políticas sólidas e uma legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e empoderamento de meninas e mulheres em todos os níveis.

Gisela Simona, em seu plano de governo, não possui um tópico específico para tratar sobre propostas voltadas diretamente à promoção da igualdade de gênero, no entanto, no eixo “Educação Tecnológica e Humanizada”, a candidata propõe a criação de um programa escolar com intuito de desconstruir preconceitos em relações étnico-raciais, relações de gênero e machismo, cultura e história regional. Além disso, no eixo direcionado à “Assistência Social”, Gisela cita, de forma vaga, a criação de políticas de combate à violência racial, de gênero, orientação sexual e intolerância religiosa em Cuiabá.

O candidato Roberto França, por sua vez, não dedica nenhuma proposta em seu plano de governo ao combate à desigualdade de gênero, constatando-se que não há preocupação do político em amenizar situações como o machismo e a desigualdade salarial sofrida por mulheres na capital.

#### **4.3 Combate à violência contra a mulher e amparo à mulher transexual**

Segundo um estudo divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2020 e trazido pelo G1<sup>6</sup>, o número de casos de feminicídio em Mato Grosso aumentou 150% nos meses de março e abril, em comparação com o mesmo período de 2019. O mesmo estudo mostra também que houve uma diminuição das denúncias de violência doméstica nesses mesmos meses em relação a março e abril de 2019, número porém não confiável pois, devido ao isolamento social, muitas ficaram confinadas com seus agressores, o que pode ter gerado dificuldades em registrar denúncias.

A candidata Gisela Simona mostra em seu plano de governo a importância de proteger e, muito além disso, amparar mulheres que foram vítimas de violência doméstica. A primeira proposta aparece no eixo “Saúde Pública de Verdade”, especificamente no tópico “Atenção Terciária”, onde a chapa propõe transformar o antigo Pronto-Socorro de Cuiabá em um Hospital da Mulher, especializado no atendimento da saúde da mulher, materno-infantil e Centro de Referência para

---

<sup>6</sup> Feminicídio aumenta em 150% em MT durante pandemia da Covid-19. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/06/02/feminicidio-aumenta-em-150percent-em-mt-durante-pandemia-da-covid-19.ghtml>. Acesso em: 05 dez. 2020.

Atendimento de Violência contra a Mulher. Já no quarto eixo, destinado especificamente ao combate à violência doméstica, Gisela traz a ideia de implantar uma rede de enfrentamento em cooperação com Barra do Garças (na divisa com Goiás), pelo fato de o município ser referência no assunto e ter registrado apenas um caso de feminicídio nos últimos cinco anos<sup>7</sup>.

A candidata também traz em seu plano a construção de um programa de qualificação de mulheres para o mercado de trabalho, com foco nas mulheres vítimas de violência; a ampliação da Casa de Amparo de mulheres vítimas de violência, com maior segurança; além de um projeto de combate à violência doméstica, com capacitação profissional de mulheres residentes nas áreas de maior incidência de criminalidade, para mediação e resolução de conflitos em bairros com maior vulnerabilidade. Por último, no eixo “Habitação de Interesse Social”, Simona discorre sobre uma parceria com o governo federal para a construção de 5.000 (cinco mil) unidades residenciais em quatro anos, com o objetivo de atender preferencialmente mulheres vítimas de violência e chefes de família.

Entretanto, mesmo com os números alarmantes citados no início da categoria, o combate à violência doméstica parece ter passado batido nos planos de governo dos outros candidatos. O plano do candidato Emanuel Pinheiro traz uma única menção à violência doméstica, porém se trata de uma ação já realizada na área de Assistência Social. Outro plano onde é feita somente uma menção a essa problemática é o de Abilio, onde há um trecho em que propõe criar uma política que reduza todas as formas de violência contra todas as “mulheres e meninas” na esfera pública, mas não menciona que política seria essa. O plano de Roberto França não faz nenhuma menção ao tema, em nenhum dos eixos propostos pelo candidato.

É importante ressaltar que em nenhum dos planos de governo analisados o termo feminicídio foi citado. Quando observamos a situação de mulheres transexuais, não há qualquer menção em nenhum deles. Segundo dados divulgados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (2019), no ano de 2019, Mato Grosso foi o segundo estado com maior taxa de assassinatos de pessoas transexuais e travestis<sup>8</sup>. Isso significa que 7,52 pessoas trans foram mortas a cada 100 mil habitantes no estado. O fato de nenhum dos planos analisados destinar propostas para as mulheres transexuais e

---

<sup>7</sup> Dado trazido na matéria “Em 5 anos um caso de feminicídio é registrado em Barra do Garças (MT) e queda é atribuída a programa de proteção e combate à violência”. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2019/06/07/em-5-anos-um-caso-de-feminicidio-e-registrado-em-barra-do-garcas-mt-e-queda-e-atribuida-a-programa-de-protecao-e-combate-a-violencia.ghtml>. Acesso em: 05 dez. 2020.

<sup>8</sup> Dado apontado na matéria “Mato Grosso é o 2º estado com mais mortes de pessoas trans”. Disponível em: <https://www.gazetadigital.com.br/editorias/policia/mato-grosso-o-2-estado-com-mais-mortes-de-pessoas-trans/605774>. Acesso em: 05 dez. 2020.



travestis reforça desigualdades políticas, sociais e econômicas entre os gêneros, principalmente em espaços públicos de poder. Visto que o plano de nenhum dos candidatos atendeu inteiramente essas questões, ninguém pontuou nesta categoria.

#### **4.4 Independência financeira das mulheres**

A dependência financeira da mulher em relação ao marido e, antes dele, ao pai, pode expor mulheres a situações de vulnerabilidade e submissão. Segundo Biroli (2014), existe uma série de desvantagens sociais que se associam ao fato de as mulheres assumirem as responsabilidades nas esferas familiar e doméstica, nos arranjos convencionais. Com essas responsabilidades, passam a procurar empregos com menor carga horária, menos remunerados, tornando a situação dessas mulheres de maior vulnerabilidade, pois “há, assim, risco crescente de exposição à pobreza e às formas de vulnerabilidade que decorrem da dependência dos recursos materiais provenientes do trabalho remunerado do marido e/ou de outros homens” (BIROLI, 2014, p. 58). Desta forma, observa-se que a independência financeira das mulheres está diretamente ligada ao combate à violência doméstica, de modo que a autonomia econômica proporciona maiores oportunidades para que as mulheres que necessitam financeiramente de seus companheiros sejam capazes de se livrar de abusos psicológicos e físicos devido à dependência. Apesar dessa situação de submissão e vulnerabilidade ainda ser a realidade de muitas mulheres, nos planos de Abilio, Emanuel Pinheiro e Roberto França não há nenhuma proposta ou menção que vise fomentar a independência financeira delas.

No eixo do plano de Gisela Simona destinado às mulheres há um projeto de implantação de microcrédito, como citado anteriormente, juntamente com a proposta de construção de um programa de qualificação de mulheres para o mercado de trabalho. Posteriormente, no eixo “Agricultura Familiar, Feiras Livres e Geração de Emprego”, a candidata trata sobre uma ideia que visa “oferecer cursos pela prefeitura de geração de emprego e renda para a mulher trabalhadora, na produção de artesanatos e doces”. Segundo Biroli (2014), a inserção na esfera pública através da inserção no mundo do trabalho além do doméstico é considerado por muitas um bem, porém, como traz hooks, “para as mulheres da classe trabalhadora que ganham muitas vezes menos do que o salário mínimo e recebem poucos benefícios, quando os recebem, [a inserção no mercado de trabalho] significa a continuidade da exploração de classe” (2000, p. 61 apud BIROLI, 2014, p. 38).

#### **4.5 Reprodução de estereótipos de gênero**

A ideia de criar uma categoria para tratar sobre os estereótipos de gênero parte do pressuposto de que as propostas para mulheres são relacionadas, muitas vezes, somente à maternidade, a questões reprodutivas, de controle da sexualidade e reprodução da divisão sexual do trabalho, reforçando papéis atribuídos a elas e limitando sua autonomia (BIROLI, 2014).

Ao contrário das demais categorias, nesta, os candidatos que cumprem o requisito determinado são negativados, devido ao fato de a reprodução de estereótipos de gênero não ser algo positivo. Analisando então os planos, o do candidato Abilio não traz, em nenhuma das propostas e discussões, estereótipos de gênero evidentes nas medidas citadas no documento.

Já uma das propostas trazidas no plano do candidato Emanuel Pinheiro apresenta um estereótipo de gênero sutil e bastante comum. No eixo Educação, uma das propostas é que o número de unidades de creches e escolas que funcionam em horário estendido seja ampliado caso ele vença. Porém, logo no início da proposta, o texto começa com “A fim de atender a mulher que trabalha fora de casa”. Sabemos que isso pode refletir uma realidade de milhares de famílias brasileiras em que a mulher está sozinha na tarefa de cuidar dos filhos e, muitas vezes, fica impedida de assumir uma vaga de emprego por não poder deixar os filhos sozinhos, pois não recebem do Estado uma creche ou uma escola com período integral, por exemplo. No entanto, é problemático que um plano de governo naturalize essa situação.

Miguel (2014) afirma que, apesar de parte do feminismo rejeitar a relação determinista entre a mulher e a opressão biológica, que envolve gravidez, parto e amamentação, essas questões não devem ser anuladas, principalmente sobre as creches, “já que, nas nossas sociedades, as mulheres são as principais responsáveis pelo cuidado com os filhos e a ausência desse tipo de serviço é um obstáculo, por vezes intransponível, para a participação política, a escolarização ou o ingresso no mercado de trabalho” (MIGUEL, 2014, p. 66). Entretanto, afirmar que essa proposta irá atender somente a mulher, é reforçar o estereótipo de que apenas ela tem a função de cuidar dos filhos e não cabe ao homem ajudar nessa função. Logo em seguida, quando fala sobre o horário das creches, cita especificamente as mães como únicas afetadas e mais uma vez deixa de utilizar o termo “pais”. Isso tudo contribui para reforçar papéis sociais que se esperam das mulheres na nossa sociedade, que ainda é machista e patriarcal, a quem sempre é designado o trabalho do cuidado<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Quando falamos de trabalho do cuidado, falamos do “trabalho não qualificado, mal pago, não reconhecido e que as mulheres normalmente não têm a opção de escolher fazê-lo ou não” (KERGOAT, 2016, p.19). Geralmente doméstico, gera a elas duplas ou triplas jornadas de trabalho pela divisão sexual do trabalho existente. Algumas profissões, como a enfermagem por exemplo, são diretamente relacionadas com o trabalho de cuidar, fazendo com que sejam vistas como profissões femininas. Segundo a ONU Mulheres (2015), essa visão “influencia o valor nos salários entre os homens e as mulheres, desvalorizando profissões e carreiras ligadas ao cuidado”.

Já no plano de Gisela, as propostas relacionadas à construção e à extensão do horário de creches são descritas como um benefício “para mães trabalhadoras”, onde essa limitação também reforça estereótipos de gênero. Apesar de os projetos estarem situados no eixo “Educação Tecnológica Humanizada”, a candidata ainda assim estabelece as creches e o cuidado dos filhos como uma função apenas da mulher.

No plano do candidato Roberto França não houve reprodução de estereótipos. No eixo “Desenvolvimento Libertador” há uma proposta que trata sobre a ampliação de vagas das creches, no entanto, em nenhum momento as mulheres ou mães são citadas como único público-alvo do projeto.

#### **4.6 Ausência das temáticas categorizadas**

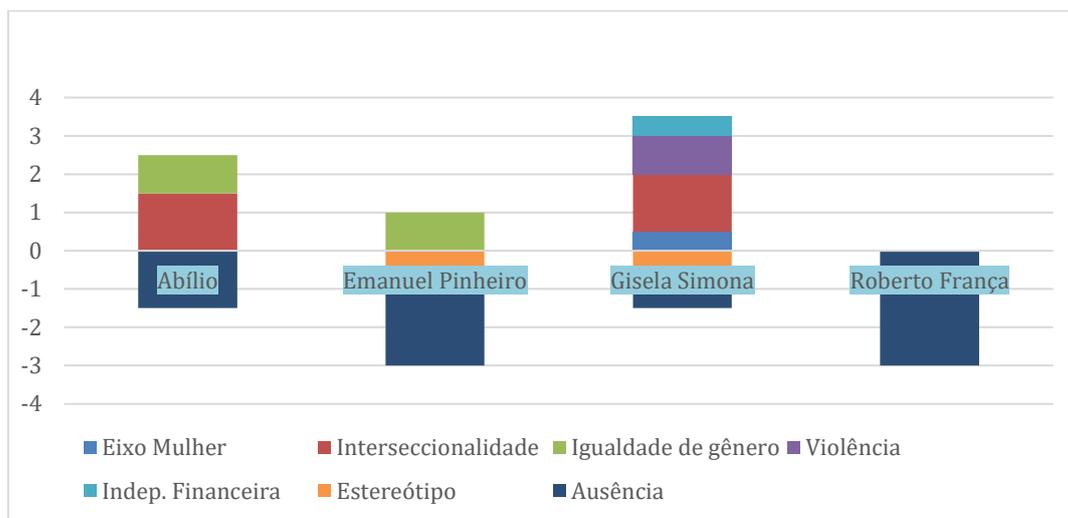
Ao elaborarmos as categorias de análise, decidimos que, além de não pontuar na determinada categoria em que não atender ao requisito proposto, o candidato também perderá -0,5 ponto em cada categoria de análise na qual se fizer ausente. A única exceção neste caso é a da categoria dos estereótipos de gênero, pois ela já possui uma pontuação negativa. Sendo assim, neste momento levaremos em conta somente as 5 primeiras categorias/perguntas de análise.

Conforme o estudo, o plano de governo do candidato Roberto França deixou de apresentar propostas em todas as questões de análise, resultando em uma perda total de 2,5 pontos. O candidato Emanuel Pinheiro pontuou em apenas uma categoria e teve pontuação negativa nas outras quatro, perdendo assim 2 pontos. Já Abilio foi negativado em três categorias, perdendo 1,5 nesta categoria. Por fim, Gisela Simona deixou de apresentar propostas em apenas uma categoria de análise e, portanto, foi a candidata que menos perdeu nesta categoria, com redução de 0,5.

#### **4.7 Classificação dos planos de governo**

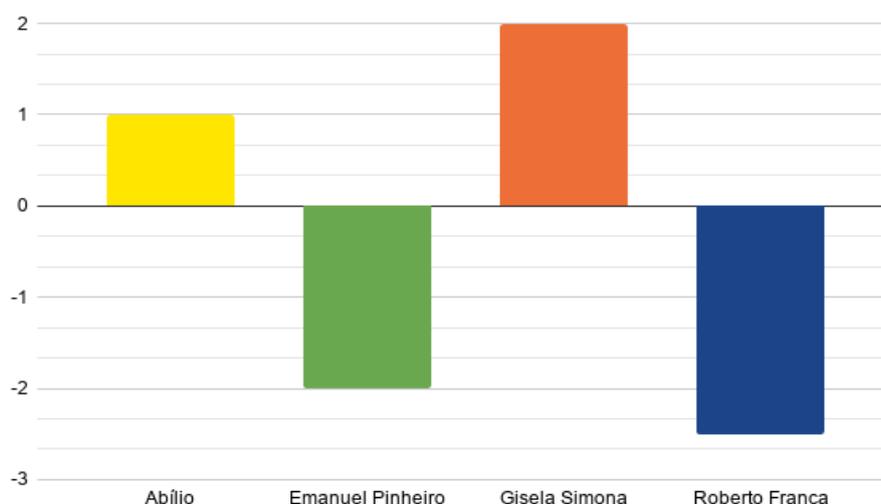
Gisela Simona pode ser considerada a candidata mais preocupada com as políticas públicas voltadas para as mulheres na análise, pois deixou de apresentar propostas em apenas uma categoria de análise e pontuou em outras cinco, sendo uma dessas negativa, resultando no total de 2 pontos. Ela e Abilio, com 1 ponto positivo, foram os únicos candidatos que não finalizaram com pontuação negativa na pesquisa, como mostra o resultado total no Gráfico 2 (abaixo). Emanuel Pinheiro e Roberto França, pelas diversas ausências nas categorias de análise, detalhadas no Gráfico 1 (abaixo) e, no caso de Emanuel, somadas à pontuação negativa por reproduzir estereótipo de gênero, fez com que ambos tivessem sua pontuação total negativa. Roberto França esteve ausente em todas as questões de análise, pontuando somente na categoria de ausência.

Gráfico 1: Pontuação por categoria



Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 2: Pontuação Total



Fonte: Elaborado pelos autores.

## 5. Considerações Finais

A partir da análise realizada neste artigo, é possível concluir que, apesar das urgências evidentes que as mulheres de Cuiabá enfrentam — tanto pela falta de representantes mulheres na política, quanto pelas desigualdades e violências de gênero — nenhum dos candidatos à prefeitura parece enxergar ou compreender a necessidade de instituir políticas públicas voltadas para a população feminina. Por meio dos gráficos 1 e 2, percebe-se a precariedade de propostas nos planos de governo, pelo fato de os candidatos Emanuel Pinheiro e Roberto França terem sido negativados

na tabela de pontuação, enquanto Abilio e Gisela Simona, embora tenham conquistado pontuações positivas, também não tenham concedido espaço suficiente às mulheres em meio a seus projetos para o Poder Público, uma vez que pontuaram, respectivamente, um e dois pontos totais cada um.

Visto que, nos planos de Pinheiro e França, as mulheres são brevemente mencionadas e, no de Abilio, surgem basicamente por conveniência, em contrapartida, o de Gisela oferece efetivamente maior visibilidade à população feminina. Desse modo, vale ressaltar que mencionar mulheres em seu plano de governo não significa que o candidato deseje realmente avançar para deter desigualdades ou, ao menos, combater as violências de gênero. Por outro lado, esse produto comunicacional eleitoral materializa um compromisso de política pública, sujeito a cobranças após o pleito.

Assim, confirma-se que, muito além de incluir propostas feministas no plano de governo de forma vaga e subjetiva, é preciso enxergar de fato as vulnerabilidades sociais que as mulheres sofrem, o que não ocorre de fato, e também as diversas formas de opressão considerando as interseccionalidades, desconstruindo visões privilegiadas — no caso dos candidatos homens —, e enfrentando a dominação masculina na política — no caso da única candidata mulher. Ao terem ignorado essas questões, os candidatos analisados aceitaram, mesmo que inconscientemente, a estrutura desigual e excludente que a administração pública tem mantido por anos.

### Referências Bibliográficas

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019).

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BIROLI, Flávia. Justiça e Família. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014, p.47-62.

BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014, p.31-46.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Introdução. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014, p.7-16.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm) . Acesso em: 27 nov. 2020.

CAMPOS, Mariana de Lima. Feminismo e movimentos de mulheres no contexto brasileiro: a constituição de identidades coletivas e a busca de incidência nas políticas públicas. **Revista Sociais & Humanas**, v. 30, ed. 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaishumanas/article/view/27310>. Acesso em: 16 mai. 2021.

CARLOMAGNO, Márcio; ROCHA, Leonardo Caetano da. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, [S.l.],



v. 7, n. 1, julho 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/45771/28756>>. Acesso em: 01 dez. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/recp.v7i1.45771>.

CASTRO, Maria Helena Guimarães. Políticas Públicas: conceitos e conexões com a realidade brasileira. In: **Políticas Públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. ANDI, p. 66-80, 2010.

**Censo Demográfico 2010**. Estatísticas de Gênero. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=510340&cat=-1,4,-3,128&ind=4709>>. Acesso em: 03 Dez. 2020.

COÊLHO, Tamires; SARMENTO, Rayza; FREITAS, Viviane Gonçalves. **CICLO DE DEBATES: Mídia, Política e Movimentos Feministas**. [S. l.: s. n.], 15 set. 2020. 1 vídeo (1 h 53 min 32 s). Publicado pelo canal PPGCOM-UFMT. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=C0M5hNxIsg8&ab\\_channel=PPGCOM-UFMT](https://www.youtube.com/watch?v=C0M5hNxIsg8&ab_channel=PPGCOM-UFMT) Acesso em: 03 dez. 2020.

DUARTE, João Paulo Pereira. Planos de governo dos presidenciais: uma análise sobre a abordagem da reforma agrária para a gestão 2019-2022. In: **Espaço e Economia** [Online], n.16, 2019. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/espacoeconomia/8676>>. Acesso em: 05 dez 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.8676>

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 22, p. 201-246, jun. 2004.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org). **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2016.

MAIORIA, do eleitorado de Cuiabá é mulher com nível superior, diz TRE-MT. In: **G1-MT**. [Cuiabá] 27 nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/eleicoes/2020/noticia/2020/11/27/maioria-do-eleitorado-de-cuiaba-e-de-mulheres-com-nivel-superior-diz-tre-mt.ghtml> Acesso em: 30 nov. 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. A igualdade e a diferença. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014, p.63-78.

MIGUEL, Luis Felipe. A identidade e a diferença. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014, p.79-92.

MIGUEL, Luis Felipe. Gênero e Representação Política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014, p.93-108.

ONU MULHERES (ONU). **Plano de aula 5 - Estereótipos de gênero, carreiras e profissões: diferenças e desigualdades**. Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/07/valente\\_aula5\\_genero\\_profissoes.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/07/valente_aula5_genero_profissoes.pdf). Acesso em: 5 dez. 2020.

SAIANI, Carlos César Santejo; TONETO JUNIOR, Rudinei; DOURADO, Juscelino. Desigualdade de acesso a serviços de saneamento ambiental nos municípios brasileiros: evidências de uma Curva de Kuznets e de uma Seletividade Hierárquica das Políticas?. **Nova econ.**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 657-692, dez. 2013.

TSE. **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais**. 2020. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/municipios/2020/2030402020/90670/candidatos>. Acesso em: 27 nov. 2020.